



177

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0007127-73.2011.8.17.0480 (0280952-7)

APELANTE: LOURIVALDO BEZERRA DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ART. 33, CAPUT, LEI 11.343/06. APELO DEFENSÓRIO. NEGATIVA DE AUTORIA E INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. CONDENAÇÃO CONDIZENTE COM O CONJUNTO PROBATÓRIO. MATERIALIDADE E AUTORIA DEVIDAMENTE COMPROVADAS. DOSIMETRIA FUNDAMENTADA. NÃO PROVIMENTO DO APELO. DECISÃO POR UNANIMIDADE.

1. A materialidade e a autoria dos fatos narrados na denúncia foram devidamente demonstradas, conforme se depreende do auto de prisão em flagrante, do auto de apreensão em flagrante de ato infracional, do auto de apresentação e apreensão, do laudo pericial, e da prova testemunhal produzida em juízo.
2. No presente caso, não há que se falar em insuficiência de provas, pois restou devidamente demonstrado que o réu mantinha pedras de *crack* em seu poder, destinadas à comercialização, inclusive na companhia de um menor.
3. No tocante à dosimetria da pena, a sua imposição muito próxima ao mínimo legal se mostra razoável e proporcional com o conjunto probatório, não havendo qualquer justificativa legal que fundamente a sua alteração, notadamente porque apesar da primariedade do acusado, a natureza da droga e as circunstâncias da apreensão justificam o *quantum* aplicado.
4. Não provimento do apelo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

ACÓRDÃO

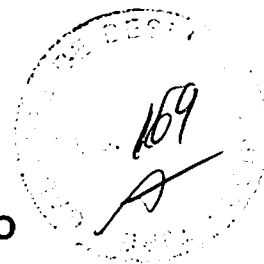
Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0007127-73.2011.8.17.0480 (0280952-7) em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, negar provimento ao apelo do réu, consoante o voto do Des. Relator.

Recife, 1º de julho de 2014.


DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0007127-73.2011.8.17.0480 (0280952-7)

APELANTE: LOURIVALDO BEZERRA DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação criminal interposto pela defesa de **Lourivaldo Bezerra da Silva** em face da sentença condenatória prolatada pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, que o condenou à pena definitiva de 04 (quatro) anos e 07 (sete) meses de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa, pela prática do crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei nº. 11.343/06.

A denúncia, baseada no inquérito policial, afirma que no dia 04 de julho de 2011, por volta das 15h, o acusado, ora apelante, foi preso em flagrante quando comercializava drogas na 4ª Travessa São José, no Morro Bom Jesus, em Caruaru, juntamente com um adolescente, tendo sido apreendidas 20 (vinte) pedras de *crack* enterradas em um terreno baldio, além de R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) em poder do réu e do adolescente infrator.

Narra a exordial acusatória que a abordagem policial ocorreu após o recebimento de informações do Núcleo de Inteligência do Agreste (NIA) acerca da narcotraficância na localidade, com indicações precisas do acusado e de seu "comparsa".

Encerrada a instrução processual, o Juízo *a quo*, na sentença (fls. 130/135), entendendo comprovada a materialidade e a autoria delitiva, julgou parcialmente procedente a acusação para condenar o apelante apenas pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



absolvendo-o do delito de associação para a narcotraficância, pelo qual também havia sido denunciado.

Inconformada, a defesa do apelante interpôs o presente recurso negando a autoria delitiva e pugnando pela absolvição, pois apesar de admitir ser usuário de drogas, o acusado estava no local da abordagem policial apenas para adquirir *crack*, não tendo sido apreendida nenhuma substância entorpecente em seu poder. Subsidiariamente, requer a diminuição da pena aplicada, com a sua fixação no mínimo legal (fls. 143/148).

Em sede de contrarrazões (fls. 151/152), o Ministério Público sustenta que a condenação é harmônica com a prova dos autos, e pugna pelo não provimento do apelo, para que seja mantida a decisão recorrida em seus integrais termos, inclusive no tocante à dosimetria da pena.

No mesmo sentido, a Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 164/166, opina pelo não provimento do recurso de apelação.

É O RELATÓRIO.

A Douta Revisão.

Recife, 09 de maio de 2014.

Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0007127-73.2011.8.17.0480 (0280952-7)

APELANTE: LOURIVALDO BEZERRA DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Conforme relatado, cuida-se de apelação criminal interposta pela defesa de **Lourivaldo Bezerra da Silva** em face da sentença condenatória prolatada pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, que o condenou à pena definitiva de 04 (quatro) anos e 07 (sete) meses de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa, pela prática do crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei nº. 11.343/06.

Em apertada síntese, o recorrente nega a autoria delitiva e pugna pela absolvição, sob o argumento de não existirem provas suficientes para fundamentar a condenação. Nesse sentido, alega que apesar de ser usuário da droga, estava no local da abordagem policial apenas para adquirir *crack*, e acrescenta que não foi encontrada nenhuma substância entorpecente em seu poder. Subsidiariamente, a defesa pugna pela redução da pena aplicada, com a sua fixação no mínimo legal.

Analisando atentamente o conjunto probatório, vislumbro que, ao contrário do que afirma o apelante, a materialidade e a autoria dos fatos narrados na denúncia foram devidamente demonstradas, conforme se depreende do auto de prisão em flagrante (fls. 29/33), do auto de apreensão em flagrante de ato infracional (fls. 34/35), do Boletim de Ocorrência (fls. 36/39 e 42/43), do auto de apresentação e apreensão (fl. 44), do laudo pericial (fls. 107/113), e da prova testemunhal produzida em juízo (fls. 95 e 102 - mídia).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

De fato, a ocorrência policial que culminou com a prisão em flagrante do recorrente ocorreu em local próximo à residência do réu, mais precisamente na 4ª Travessa São José, no Morro Bom Jesus, em Caruaru, depois de informações prestadas pelo Núcleo de Inteligência do Agreste (NIA) acerca do tráfico de drogas naquela localidade, culminando com a apreensão de 20 (vinte) pedras de *crack* e R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais), que se encontrava em poder do acusado e de um adolescente que estava em sua companhia.

Vale ressaltar que as indicações à polícia foram bastante precisas quanto às características dos traficantes, indicando inclusive que havia dois indivíduos no local mencionado, um deles com camisa do "Sport" (o denunciado) e outro com camisa azul e branca, com o número 1 inscrito nas costas.

Nesse sentido, os policiais militares Romário Florêncio Torres e Dimas Ferreira da Silva ratificaram em juízo os depoimentos prestados na fase inquisitorial, afirmando que ao chegarem no local indicado pelo NIA, o acusado e o adolescente empreenderam fuga, sendo perseguidos e capturados em outra Travessa em poder apenas do dinheiro apreendido, sem nenhuma substância entorpecente.

Durante a abordagem policial, o pai do acusado chegou ao local, conversou com o réu e o convenceu a revelar aos policiais onde a droga teria sido recentemente enterrada, resultando na apreensão de 20 pedras de *crack* prontas para a comercialização, além dos R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) encontrados em poder do acusado e do adolescente apreendido, em notas de baixo valor.

Com efeito, conforme o entendimento consolidado dos Tribunais Superiores, bem como na Súmula nº. 75 desta Corte, o depoimento de policiais pode funcionar como meio probatório hábil a fundamentar a condenação, mormente quando colhido em Juízo, sob o crivo do contraditório, e em harmonia com os demais elementos de prova, como é o caso dos autos.

Além de ratificarem a materialidade do crime, as testemunhas arroladas pelo órgão acusatório confirmam a autoria delitiva, e participaram diretamente da inquirição do réu na Delegacia de Polícia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Assim, apesar da negativa do acusado quanto à propriedade da substância entorpecente apreendida, as circunstâncias da apreensão confirmam seguramente a autoria delitiva.

Destaque-se que o crime em comento se perfaz mediante a prática de quaisquer das condutas descritas no art. 33 da Lei nº. 11.343/06, a exemplo de "adquirir", "vender", "expor à venda", "oferecer", "ter em depósito", "transportar", "trazer consigo", "guardar", "entregar a consumo" ou "fornecer" drogas.

Neste contexto, vislumbra-se que a materialidade e a autoria delitiva do crime de tráfico foram satisfatoriamente comprovadas, não havendo que se falar em insuficiência de provas, pois restou devidamente demonstrado que o réu mantinha pedras de crack em seu poder, destinadas à comercialização, inclusive na companhia de um menor.

No tocante à dosimetria da pena, cumpre registrar que o juiz sentenciante, atendendo às disposições constantes nos arts. 59 e 68 do Código Penal, além de observar a preponderância das circunstâncias previstas no art. 42 da Lei nº. 11.343/06, fixou a pena-base em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, considerando especialmente desfavorável ao acusado as circunstâncias do crime e a natureza da substância entorpecente apreendida.

Dessa forma, vislumbro que a imposição da pena muito próxima ao mínimo legal se mostra razoável e proporcional com o conjunto probatório, não havendo qualquer justificativa legal que fundamente a sua alteração, notadamente porque apesar da primariedade do acusado, a natureza da droga e as circunstâncias da apreensão justificam o *quantum* aplicado.

Por fim, não havendo circunstâncias agravantes ou atenuantes a serem reconhecidas, nem tampouco causa especial de aumento, o magistrado reduziu a reprimenda em 1/6 (um sexto), em virtude da causa de diminuição descrita no § 4º, do art. 33, da Lei nº. 11.343/06, tornando-a definitiva em 04 (quatro) anos e 07 (sete) meses de reclusão.

Quanto à causa especial de diminuição da pena, vale ressaltar que apesar da existência de algumas circunstâncias favoráveis ao acusado, tais como a primariedade e a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

ausência de indicação de que integre organização criminosa, as provas dos autos denotam o envolvimento criminoso do acusado com um menor, justificando a fração estabelecida na sentença recorrida.

Sendo assim, vislumbra-se que foram devidamente analisadas todas as circunstâncias fáticas e jurídicas pertinentes ao caso, não havendo qualquer justificativa legal que motive a alteração pleiteada pela defesa.

Igualmente, no tocante à pena pecuniária estabelecida na sentença condenatória, deve ser mantido o parâmetro utilizado pelo juiz sentenciante, tendo em vista a proporcionalidade e a razoabilidade da quantidade de dias-multas e do valor empregado em relação à pena privativa de liberdade.

Assim, no tocante à dosimetria da pena, verifico que a fixação mostrou-se justa e proporcional, diante da caracterização de circunstâncias judiciais desfavoráveis ao apelante, pelo que não merece reforma.

Por todo o exposto, meu voto é no sentido de **negar provimento** ao apelo interposto pelo réu, Lourivaldo Bezerra da Silva, para manter a sentença recorrida em seus integrais termos.

É COMO VOTO.

Recife, 1^o de Julho de 2014,


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator



183

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0007127-73.2011.8.17.0480 (0280952-7)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: LOURIVALDO BEZERRA DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

REVISOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Cristiane Maria Caitano da Silva

VOTO DE REVISÃO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

LOURIVALDO BEZERRA DA SILVA foi condenado a 04 (quatro) anos e 07 (sete) meses de reclusão, cumulados com 500 (quinhentos) dias-multa, pela prática de crime tipificado no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006, através de sentença prolatada pelo Exmo. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru.

Inconformado, o réu interpõe o presente recurso de apelação.

Diz, em primeiro lugar, que não há prova suficiente nos autos de que tenha praticado o crime de tráfico de entorpecentes. Afirma que estava no local em que a droga foi apreendida simplesmente por ser usuário. Por tal motivo, pleiteia a sua absolvição.

rjmaf

Subsidiariamente, pede a redução da pena para o patamar mínimo previsto na lei.

Sem mais, passo ao exame das alegações.

Pois bem.

De início, do que se depreende dos autos, não deve ser acolhido o pedido de absolvição formulado no apelo.

A materialidade do crime resta demonstrada através das perícias às fls. 46 e 107/113.

Além disso, não há dúvida da autoria do fato.

Com efeito, a polícia foi ao local do flagrante munida de informações acerca das características das pessoas que estavam comercializando as substâncias ilícitas, sendo certo que aquelas características coincidiam com as do réu e do menor que o acompanhava.

Vê-se, ainda, que, ao avistarem a chegada dos policiais, o acusado e o menor procuraram fugir do local, tendo sido encontrados apenas depois de uma busca realizada na localidade.

Diga-se, também, que, ao ser detido, o réu terminou por apontar o local em que a droga estava enterrada e, com ele, foi encontrada uma soma de dinheiro em notas miúdas.

É importante destacar, de outra parte, que, de acordo com o Policial Romário Florêncio Torres, em juízo (CD-RW à fl. 95v), o local em que o apelante foi preso em flagrante se trata de um conhecido ponto de comercialização de drogas.

Ch

Ademais, consta dos autos que o acusado confessou o crime na delegacia (fl. 10), o que restou corroborado no depoimento do Policial Dimas Ferreira da Silva, perante a autoridade judiciária (CR-RW), segundo o qual, de início, o réu negou que era o proprietário da droga, mas depois terminou por confessar a prática do delito.

Frise-se, por fim, que o adolescente que acompanhava o acusado no momento da prisão em flagrante também confirmou o cometimento do crime, ao ser ouvido na delegacia (fls. 11/12),.

Por todo o exposto, resta evidente que a droga apreendida serviria à comercialização por parte do réu.

De tal modo, mostra-se impossível o acolhimento do pedido de absolvição.

Quanto à pena cominada, não se vislumbra motivo para a sua modificação, eis que, diante da natureza perniciosa da droga apreendida (*crack*), já se mostrava justificada a fixação da pena-base em patamar superior ao mínimo legal, nos termos do artigo 42 da Lei nº 11.343/2006. *In casu*, aliás, a pena-base foi fixada em limite bem próximo do mínimo legal, em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão cumulados com 600 (seiscentos) dias-multa, para um crime cuja pena em abstrato varia entre 05 (cinco) e 15 (quinze) anos de reclusão e de 500 (quinhentos) a 1500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Além do mais, o juiz sentenciante aplicou a causa de diminuição prevista no artigo 33, §4º, da Lei de Tóxicos, o que levou a pena para limite aquém do mínimo legal, qual seja, 04 (quatro) anos e 07 (sete) meses de reclusão mais 500 (quinhentos) dias-multa .



Por todo o exposto, o meu voto é no sentido de negar provimento ao recurso interposto, para o fim de que seja mantida na íntegra a sentença vergastada.

É COMO VOTO.

